



## A Democracia na América Latina e as Relações Internacionais

Paulo Esteves

Departamento de Relações Internacionais – PUC-MINAS

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8 A pesquisa “O Desenvolvimento da Democracia na América Latina” realizada pelo PNUD  
9 entre 2002 e 2004, apresenta resultados aparentemente paradoxais. De um lado a pesquisa  
10 desenha um quadro de progressiva e consistente consolidação das instituições democráticas na  
11 região; de outro, a tendência crescente de desconfiança e descrença dos cidadãos latino-  
12 americanos na capacidade dos regimes democráticos promoverem o desenvolvimento econômico e  
13 social. Do ponto de vista da produção de governos, nos últimos 20 anos, os países da região – na  
14 maioria dos casos – foram capazes de sustentar eleições livres, em conformidade com as normas  
15 constitucionais, resultando na alternância de partidos políticos no poder. O nível de participação  
16 eleitoral foi moderadamente alto. A perspectiva dos cidadãos sobre seus regimes democráticos  
17 contrasta, contudo, com os indicadores institucionais. De fato, 56,3% dos entrevistados em maio de  
18 2002 afirmaram acreditar que o desenvolvimento econômico tem precedência sobre a democracia e,  
19 54,7% declararam sua disposição de apoiar governos autoritários capazes de resolver os problemas  
20 econômicos de seu país.

21  
22 Esses resultados apontam não apenas a centralidade do desenvolvimento econômico-social  
23 para as populações latino-americanas, mas também sua relativa descrença na democracia como um  
24 regime capaz de promovê-lo. Com efeito, segundo os dados apresentados pela pesquisa 43,9% dos  
25 cidadãos latino-americanos não acreditam que a democracia seja capaz de solucionar os problemas  
26 do país. Para a resolução desses problemas aproximadamente 40% dos cidadãos da região  
27 estariam dispostos a delegar poderes extralegais ao executivo. Tal disposição parece refletir a  
28 expectativa de que os executivos da região seriam capazes de conduzir os grupos sociais – a  
29 despeito das próprias instituições democráticas – na direção do desenvolvimento e da superação  
30 das desigualdades sociais. Esses resultados lançam uma sombra sobre as democracias latino-  
31 americanas, especialmente se considerarmos a capacidade dos governos democráticos de  
32 promover desenvolvimento social.

33  
34 Não por acaso, a pesquisa “O Desenvolvimento da Democracia na América Latina” suscita o  
35 debate acerca dos espaços de autonomia das democracias latino-americanas para promoção do  
36 desenvolvimento em um contexto de globalização. Se por um lado, o adensamento das redes de  
37 interdependência entre grupos sociais e Estados que caracteriza o processo de globalização  
38 contribuiu positivamente para a consolidação das democracias latino-americanas, por outro, erodiu a  
39 capacidade dos governos da região de tomar decisões substantivas em matéria de política



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13

macroeconômica. De fato, decisões como superávit primário ou metas de inflação – críticas para a promoção do desenvolvimento –, são impermeáveis à vontade dos governos da região uma vez que se encontram pré-definidas em acordos com agências internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. Mais que isso, o processo de globalização e a conseqüente construção do mercado global projetou para o cenário global o problema das desigualdades sociais que, hoje não deve ser tratado apenas e tão somente como agenda doméstica. O fenômeno, nomeado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck como brasilianização do mundo, dá conta da extremada concentração da renda do planeta no hemisfério norte. Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento social e a estabilidade das democracias latino-americanas devem ser tomadas também como problemas de política internacional.